GÊNESE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM POUCO DE HISTÓRIA

Josiani Mendes Silva¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM
(josiani.silva@ifam.edu.br)

RESUMO

Este texto pretende discorrer sobre o surgimento da educação escolar, com o objetivo de refletir a respeito da organização do trabalho didático, introduzido para responder às necessidades de determinadas épocas e governos, mas que se cristalizaram e se reproduzem até os dias atuais. Através de pesquisa bibliográfica, descritiva e de natureza básica, partimos de questões relacionadas ao cotidiano das escolas para tentar entender por que as escolas são como são. Concluímos que pensar num novo modelo de escola para o século XXI se constitui em um grande desafio para qualquer instituição de ensino, pois significa romper com a ordem preconizada desde Comenius. Será preciso enfrentar o discurso da competição, que é representada pelo velho hábito da nota, das provas, do ser aprovado ou reprovado, o discurso da hierarquia, da obediência, dos regulamentos onde atitudes e comportamentos são esperados, ou seja, romper com rituais que perduram desde a escola moderna.

Palavras-chave: Surgimento da educação escolar, Organização do trabalho didático, Educação escolar moderna.

ABSTRACT

This paper intends to discuss the school education emerging, with the purpose of reflecting on the organization of didactic work, introduced to respond to the needs of certain times and governments, but which have crystallized and reproduced to the present day. Through bibliographic research, descriptive and of a basic nature, we start from questions related to the daily school life, trying to understand why schools are as they are. We conclude that thinking about a new school model for the 21st century constitutes a great challenge for any educational institution, since it means breaking with the order from Comenius. It will be necessary to face the discourse of competition, represented by old habits: note, tests, pass the exams or not, hierarchy, obedience, regulations of expected attitudes and behaviors, that is, of breaking with rituals that have lasted since the modern school.

1 Doutora em Educação (USP), Professora EBTT do Departamento Acadêmico de Educação Básica e Formação de Professores – DAEF, IFAM-Campus Manaus Centro.

Keywords: Emergence of school education, Organization of didactic work, Modern school education.

Submetido em: 12/12/2018

Aceito em: 19/12/2018

INTRODUÇÃO

Os processos de educação nem sempre se deram na escola e em salas de aula, como conhecemos hoje. Voltando um pouco no tempo, devemos lembrar que, na Idade Média, ler, escrever, contar, fazer cálculo não se ensinava na escola; eram coisas que a criança aprendia com as famílias. O conceito de educação escolar estava ligado à Teologia e à formação do clero. A escola elementar para crianças é uma invenção moderna do século XVI, que rompeu com as tradições antigas e se ajustou a um modelo de instituição em forma de internato, considerado a condição ideal para estudar, durante muito tempo, até quase recentemente.

O reconhecimento de que a criança precisava de um espaço específico para estudar foi o responsável pela formação das salas de aula de acordo com a idade. Antes disso, não havia nenhuma preocupação em saber se os estudantes eram crianças, jovens ou adultos. Não havia, na Idade Média, nenhuma diferença direcionada ao ensino para crianças, nem metodologias apropriadas, aliás, nem o conceito de “criança” existia na Idade Média. As formas de ensino eram voltadas para os ofícios e suas corporações e se destinavam aos aprendizes.

A pedagogia ligada ao conceito de educar nasceu no final da Idade Média, junto com outro conceito: o de que a criança deve ser educada, não lhe bastando a vida livre junto a muitos adultos, com os quais aprendia espontaneamente. A pedagogia nasceu como disciplina universitária, tornou-se uma ciência – a ciência que orienta aqueles que ensinam – formou seus catedráticos e, mais do que apenas ensinar, dedicou-se ao exercício da vigilância sobre as crianças e os jovens, apontando-lhes o que deveriam ou não deveriam fazer, o que deveriam, ou não, dizer, prolongando-se, assim, para além da escola, nas famílias, nos meios de comunicação, etc. (CAMBI, 1999).

Os séculos XV e XVI marcaram uma nova era social, com uma estrutura de governo consolidada nas monarquias, com novas formas de saber – o chamado saber científico. É a época dos grandes descobrimentos e, sobretudo, é um período marcado pela divisão do cristianismo, a partir da Reforma Protestante e das grandes transformações que ocorreram a partir de Martinho Lutero. O cerne da questão são as relações de poder na Igreja: os estados europeus se dividem e as monarquias tomam posições a favor ou contra Lutero, que protesta contra a forma de autoridade exercida pela Igreja católica, marcada pela coerção; contra o uso da confissão/

absolvição, contra a venda de indulgências em troca de favores dos monarcas e das pessoas de posse. Em contraposição, propõe a vigilância interna contra o pecado e o desenvolvimento da consciência individual, onde o fiel é responsável por sua salvação e o pastor é apenas um conselheiro.

A Pedagogia, assumindo o papel de tornar as pessoas mais crentes, aceitando a interpretação da Bíblia e tendo, ao mesmo tempo, uma convicção interior, sendo obedientes, mas também conscientes, se prestou para a tarefa de governar as almas. O saber letrado está, sobretudo, nos espaços da Igreja, onde acontecem os debates culturais, uma vez que os intelectuais, geralmente, eram clérigos (DUSSEL e CARUSO, 2003).

Entre os séculos XVI e XVIII desenvolve-se um tipo de moral coletiva, resultado de todo um trabalho da religião, em torno da consciência. Ter consciência tornou-se o elemento central da religião e a base da conduta humana. Todo esse processo de moralização interessa aos reis e autoridades da época. Já não se trata de impor a obediência cega sob ameaça ou violência, mas de obter a obediência reflexiva, aceita como correta (DUSSEL e CARUSO, 2003, p. 42-43). A Pedagogia desempenha um papel importante na estruturação das consciências e na configuração das moralidades.

O Estado moderno, que precisa governar uma população, investe em novas formas de intervenção e a escola é uma delas: interessa ao governo que a criança aprenda a conduzir-se a si mesma, seja ficando quieta em seu banco, seja conduzindo seu próprio pensamento na aprendizagem, desde que se conduza por meio de normas e modelos ditados pelo professor.

Dessa necessidade nasceu a sala de aula e a Igreja foi a grande responsável. Os internatos surgiram da necessidade que os camponeses tinham de um lugar para dormir, quando vinham do campo para o trabalho nas fábricas, já que os padres tentavam – sem muitos resultados – moralizar, por meio de seus estatutos, as pensões que acolhiam os trabalhadores. Mais tarde, essas pensões foram transformadas em lugares de aprendizagem, com a finalidade clara de separar os jovens do espaço e da vida da rua. De um modo geral, o modelo arquitetônico dessas salas era duas fileiras de assentos, voltadas uma para a outra, entre as quais o professor, que ocupava uma das extremidades da sala, podia circular livremente entre os alunos. Além do espaço destinado às salas de aula, havia ainda o claustro e o lugar de oração (DUSSEL e CARUSO, 2003, p. 49).

Referimo-nos à pedagogia em funcionamento a partir do momento em que surge o Homem Moderno, como um sujeito que, supostamente, se libertou de toda submissão. Atingindo a sua maioridade, o Homem Moderno fez triunfar a ciência moderna positiva, sentiu-se dono do seu destino; pôs-se de pé como sujeito livre e não aceitava nenhuma interferência externa. Este era o cenário onde se estruturou e se desenvolveu a maior parte das práticas pedagógicas tais como as conhecemos hoje.

Através de pesquisa bibliográfica, quanto aos procedimentos, descritiva, quanto aos objetivos e de natureza básica, partimos de questões relacionadas ao cotidiano das escolas, tais como: por que há alunos e professores numa escola? Por que os alunos usam cadernos; fazem fila; levantam a mão e pedem licença; Por que os professores ficam na frente e escrevem na lousa? Por que as escolas têm que usar livros didáticos, os mesmos para todos os alunos de cada turma?, onde buscamos entender por que as escolas são como são, mencionando brevemente alguns projetos que tratam do início da Educação Escolar, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Martinho Lutero e a pedagogia protestante

A primeira grande revolução burguesa fora iniciada pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546). A tradução da Bíblia para o alemão se constitui como um dos primeiros atos subversivos de Lutero. Ao se falar em Reforma Protestante, inicialmente, pensava-se logo num movimento religioso; todavia, estudos mostram que este movimento trouxe implicações educacionais. A principal consequência da Reforma Protestante foi a transferência da escola para as mãos do Estado nos países protestantes.

A ruptura de Lutero com o catolicismo é uma clara decorrência da aceitação dos ideais renascentistas, mas, como acentua Gadotti, a escola pública defendida por Lutero não era laica, mas sim religiosa e também não perdeu o seu caráter elitista, uma vez que o mesmo entendia que “a educação pública destinava-se em primeiro lugar às classes superiores burguesas e secundariamente às classes populares, as quais deveriam ser ensinadas apenas os elementos imprescindíveis, entre os quais a doutrina cristã reformada” (2004, p. 64).

A criação de uma rede de ensino público foi planejada pelos reformadores luteranos a pedido de governantes que perceberam a urgência de oferecer instrução ao povo. O interesse dos príncipes era fortalecer seus domínios num tempo de constantes hostilidades entre os Estados. Caberia ao Estado tornar a frequência à escola obrigatória e cuidar para que todos os seus súditos cumprissem a obrigação de enviar seus filhos à escola (GADOTTI, 2004).

O interesse de Martinho Lutero pelos problemas da educação e da escola está contido numa série de discursos e de apelos dirigidos aos homens políticos alemães (Carta aos conselheiros comunais de todas as cidades da Alemanha, de 1524; Sermão sobre a necessidade de mandar os filhos à escola, de 1530, entre outros), foram escritas no século XVI para a sociedade daquela época e num contexto diferente do atual, porém podemos presenciar problemas semelhantes, entre os quais, o desinteresse de algumas autoridades e pais de crianças, com relação à educação formal.

A educação deveria servir, em primeiro lugar, para formar bons cristãos, que desempenhariam tanto as funções eclesiásticas quanto as demais funções exigidas pela sociedade.

O Estado e os pais, que antes tinham empenhado uma enorme quantidade de dinheiro nos serviços da Igreja, agora deveriam empenhar-se no custeio da educação de crianças e jovens. Ele apela várias vezes, e com grande ênfase, para a ideia de que não educar os filhos é um pecado gravíssimo, chegando a comparar esta negligência com a violação de uma virgem (CAMBI, 1999).

Sugere o estudo das artes liberais, com destaque para a gramática, que deveria ser estudada com leituras de bons poetas, não importando se fossem cristãos ou pagãos e o ensino de música e dança, ou, pelo menos de que essas artes fizessem parte da rotina da escola, como recursos pedagógicos, por fazerem parte dos objetos de interesse das crianças e jovens.

Segundo Cambi, a educação para Lutero deveria apoiar-se:

No estudo das línguas, as antigas e a nacional, porque as línguas são a bainha na qual está guardada a espada do Espírito, o meio para chegar a compreender a verdade do Evangelho. A escola é organizada em quatro setores: o das línguas (latim, grego, hebraico, alemão), para remontar às fontes das Sagradas Escrituras; o das obras literárias (pagãs e cristãs), para o ensino da gramática e a leitura dos textos sagrados; o das ciências e das artes, e o da jurisprudência e da medicina (1999, p. 249).

A questão de se aliar ludicidade a educação também está presente nesta carta: Lutero propõe que se ensine de forma prazerosa e com brincadeiras, ao contrário de sua época de juventude, quando se aprendia com palmadas, medo, pavor e sofrimento. Assim, mostra o valor de se educar para um agir consciente em contraposição ao agir e disciplina forçados.

Outro ponto relevante neste documento é proposição de se aliar atividades domésticas ao tempo de estudo. Contudo, no caso daqueles que iriam se tornar professores, pregadores e outras funções clericais, Lutero diz que é necessário proporcionar um estudo mais prolongado e intensivo ou até mesmo destiná-los exclusivamente ao estudo. Lutero demonstrava preocupação com a formação específica do professor, embora não houvesse a profissionalização do mesmo na época.

Lutero também falou sobre bibliotecas e livros. O reformista afirmava que não era preciso poupar esforços nem dinheiro para a instalação de livrarias ou bibliotecas, e que o acervo das bibliotecas deveria conter: em primeiro lugar, a Sagrada Escritura em latim, grego, hebraico, alemão e outras línguas; bem como, livros de poetas e oradores que permitissem o aprendizado de línguas e Gramática; livros de artes liberais; livros jurídicos e de Medicina; crônicas e compêndios de História, além de livros com fatos e histórias alemãs.

O surgimento da carta de 1530 resulta da preocupação com a atitude das “pessoas simples”, as quais não estavam dando importância à manutenção das escolas, pois estavam mais preocupadas com o “estômago”. Com relação a isto, Lutero diz que estes estão com atitudes não cristãs e isto traz implicações/ prejuízos ao mundo inteiro. Nesta perspectiva, primeiro faz uma análise dos benefícios espirituais e depois dos seculares.

Pode-se concluir que estas duas cartas de Lutero tiveram como objetivo alertar as autoridades e população da época sobre a importância da educação formal. Para Lutero, as autoridades deveriam obrigar seus súditos a mandarem seus filhos à escola, já que podiam obrigá-los a carregar armas de fogo.

No caso se a família da criança fosse pobre, deveria utilizar recursos da Igreja na educação do mesmo. Lutero não desenvolveu uma teoria da educação, nem ficou explícita a descrição de um sistema de ensino em suas cartas, mas estas tinham por meta despertar as autoridades e os pais da necessidade de se enviar as crianças à escola.

Lutero defendia uma educação universal e pública e por isso solicitava às autoridades oficiais que se responsabilizassem por esta tarefa, por compreendê-la como competência do Estado.

Percebeu-se no pensamento de Lutero que o maior bem que pais e autoridades poderiam fazer a seus filhos e à sua cidade era proporcionar educação de qualidade a suas crianças e jovens. Sua ênfase recaía na criação de boas escolas, numa proposta para que as mesmas respondessem aos apelos da vida prática. À formação deste homem mais ativo na sociedade, requeria-se a criação de escolas que promovessem um ensino diferenciado, mais autônomo e mais crítico.

Podemos notar em Lutero uma proposta de criação de escolas para a formação de homens para as cidades, e o viver nas cidades implicava na sujeição às autoridades. Assim, buscou na Bíblia a legitimação do poder civil, uma vez que Paulo escreveu aos Romanos que todo homem deve estar sujeito às autoridades superiores e da mesma forma respaldou no texto bíblico, o dever dos pais ensinarem seus filhos. O apoio nas Escrituras deu legitimidade a seu discurso e os resultados foram sentidos nas escolas alemãs (CAMBI, 1999).

Comenius e a sua didática magna: um método de ensino global frontal

Comenius (1592-1670) foi quem instaurou os principais mecanismos que perduram até hoje – depois de quatro séculos – na pedagogia moderna. Foi Comenius que deu forma ao plano de escola de Lutero.

A grande obra de Comenius, na educação, é a Didática Magna (1632), um texto enciclopédico, por sua pretensão abrangente: ensinar tudo na escola e a todos. A Pedagogia de Comenius introduz uma série de dispositivos discursivos que explicam grande parte das práticas pedagógicas atuais.

Tais dispositivos podem ser resumidos na aquisição de um saber universal: ao longo de toda a sua vida, do colo da mãe até a morte, o homem, segundo Comenius deve preparar-se para cumprir sete idades: primeira infância, infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice e morte, o que só seria possível pela 'pansofia,' "na qual todos os conhecimentos morais, literários e naturais (ou científicos) fossem reconhecidos também como sobrenaturais" (HILSDORF, 2006, p. 131).

O modelo de escola proposto por Comenius ("todos têm que saber tudo") subentende que o Homem, para pertencer ao gênero humano, precisa ser educado, precisa ser formado: "fique, pois, estipulado que, a todos que nasceram homens, é necessário o ensino, pois é necessário que sejam homens, não bestas ferozes, não brutos, não troncos inertes" (COMENIUS, 1997, p. 23).

Comenius inova em relação ao seu tempo, ao propor a educação para todos, explicando em diversas passagens que esse "todos" significa "todas as idades", sem excluir o sexo feminino; e mostrava-se revolucionário ao defender uma escola comum, aberta a todas as classes sociais, saindo inclusive da esfera particular (da responsabilidade dos pais) para a pública (sob a responsabilidade do Estado).

A Didática Magna apresenta sérias críticas ao caos e à decadência dos métodos em que estava mergulhada a educação no século XVI, e essas críticas foram anunciando, de alguma forma, os dispositivos que ele indicaria para corrigir a irracionalidade e a desordem, no sentido de alcançar a totalidade e a homogeneidade necessárias, em que o ponto de partida e o ponto de chegada eram claramente definidos pelo pedagogo. O seu diagnóstico apontava que as escolas não alcançavam os seus fins e "que não havia objetivos determinados nem metas às quais tivessem de chegar os alunos, a cada ano, mês ou dia, e tudo era indeterminado" (COMENIUS, 1997, p. 94).

E em relação aos métodos, fala de escolas governadas ao azar e de modo caótico, sem nenhum sinal de ordem racional, componente principal de uma perspectiva metodológica que acompanhasse a boa ordem natural do Universo: "Nas escolas existiu a confusão de ensinar aos alunos muitas coisas ao mesmo tempo [...]. Quem não sabe que nas escolas clássicas diariamente se mudava de exercícios e lições a cada momento? E eu pergunto: que é confusão, senão isso mesmo?" (COMENIUS, 1997, p. 66). "[...] Empregavam-se múltiplos e variados métodos, diferentes em cada escola [...]" (COMENIUS, 1997, p. 95).

Comenius descreve um estado bastante negativo da educação para, no contraponto, apresentar o seu ideal de procurar a "ordem em tudo". Mas ele precisa de um ponto inicial: se o Homem deve ser formado, é porque ele vive em estado bruto. Comenius reforça a necessidade desse aspecto da "falta", da "carência", da "ausência de conhecimento". A recíproca é verdadeira: se por um lado existe a falta no ser humano, por outro, existe a capacidade. Seguindo a natureza, a educação deve respeitar essa harmonia e ordem natural, começando tudo na infância, mas

uma infância abstraída de suas características sociais, raciais, de gênero, tratada apenas como 'educável', igual a todo o gênero humano.

Numa sequenciação lógica, que vai do mais simples ao mais complexo, a criança representa essa fase da simplicidade, esse ponto inicial da falta: "[...] as primeiras impressões se fixam de tal maneira que é quase um milagre que possam se modificar; e é conveniente dirigi-las desde a primeira idade, no sentido das verdadeiras normas de sabedoria" (COMENIUS, 1997, p. 64). Para Comenius, a infância é "como uma árvore frutífera que precisa ser plantada, regada e podada por um agricultor experiente" (COMENIUS, 1997, p.24). E a diferença entre a infância e a idade adulta é apenas uma diferença de grau, o que se dá também entre os animais. O método seria a variável sobre o qual era posta a ênfase da formação da infância.

Na perspectiva de Comenius, há uma necessária aliança entre a educação familiar dos primeiros anos da criança, feita pelos pais, em casa e a educação pública, de responsabilidade do Estado. Desde o começo, os pais seriam convencidos de que a educação é um assunto para professores, porque requeria entendimento e método. Os pais não dispunham, nem de tempo para essa tarefa, nem tampouco dos conhecimentos necessários para educar seus filhos nos fundamentos de todas as coisas. Aliança em certo sentido, porque a separação da escola e da família ficou bastante clara, ensinar era da competência da escola.

Além da aliança família-escola até onde era possível, outro dispositivo precisava ser levado em conta, para se chegar ao macroprojeto escolar de Comenius – a distribuição das escolas – garantindo que a formação chegasse a todos simultaneamente. Novamente, é o império da ordem que entra em ação: "o fundamento da reforma das escolas está em procurar a ordem em tudo" (COMENIUS, 1997, p. 49). Nada que gire em torno da formação do homem pode ser deixado livre, ao acaso. Este pensamento "a ordem em tudo" vai atravessar todo o pensamento moderno, tanto os aspectos organizacionais, quanto os da distribuição de recursos e a questão dos tempos. Todos os saberes tinham que chegar a todos simultaneamente:

A arte de ensinar não requer outra coisa senão uma engenhosa disposição do tempo, dos objetos e do método. Se pudermos consegui-la, não será difícil ensinar tudo à juventude escolar, qualquer que seja seu número. "[...] É preciso fazer uma escrupulosa distribuição do tempo, para que cada ano, mês, dia e hora tenha sua própria ocupação" (COMENIUS, 1997, p. 51 e 59).

Ensinar tudo a todos e na mesma hora era algo que, para Comenius, começava e terminava numa questão técnico-metodológica, que iria garantir a uniformidade em tudo. Os mesmos métodos, os mesmos livros para cada matéria, a mesma sequenciação graduada das crianças por idade. Um mesmo professor atendendo uma turma com muitos alunos. Isso em todas as escolas ao mesmo tempo, sem levar em conta nenhuma diversidade. O foco de Comenius certamente

não estava na pessoa, mas no método que servia inclusive para corrigir as diferenças, que deveriam ser submetidas à ordem do método. O professor se dirigia a um grupo como se todos fossem um só. O currículo era o mesmo para todas as escolas. O livro didático, um dos grandes investimentos de Comenius, com sua estética própria, cheio de imagens, tornou-se imprescindível e desde Comenius faz um enorme sucesso. O mundo sensível era apresentado em imagens, mas imagens escolarizadas. O livro didático teve ainda a função de uniformizar a língua em que era escrito. Em países com inúmeros dialetos e línguas diferentes, o livro didático garantiu o reforço da língua oficial em detrimento das outras (COMENIUS, 1997).

O desejo natural de conhecimento e a educabilidade do homem são noções que, em Comenius, estão diretamente ligadas com o conhecimento racional, regido pela ordem. O professor fazia parte de uma elite responsável pela aplicação eficiente do método; era aquele que concebia e planejava o processo do ensino; o adulto-professor ocupava um lugar rígido e estático, o lugar de quem sabia; enquanto a criança-aluno ocupava o lugar de quem não sabia.

Comenius inventou a sala de aula com muitos alunos e um professor ensinando a todos simultaneamente. Foi o jeito que ele achou para resolver o problema criado por sua proposta de “ensinar tudo a todos ao mesmo tempo”. Era uma forma de educação de massa.

São João Batista de La Salle: a conduta das escolas cristãs

No tempo de La Salle (1651-1719), a sociedade funcionava de forma bastante estável; haviam os reis e os camponeses que nasciam e morriam como tal, sem mudar de posição social e, na maioria dos casos, sem mudar de lugar, ou seja, morriam onde nasciam. O século XVII foi rico de experiências de educação no mundo católico, todos interessados em salvar as almas das pessoas e em educar para a obediência (CAMBI, 1999).

João Batista de La Salle fundou, na França, a comunidade religiosa intitulada “Irmãos das Escolas Cristãs”, para a educação elementar de crianças pobres e órfãs, com ajuda das doações dos ricos. O sucesso foi grande, uma vez que as prefeituras garantiam apoio financeiro. La Salle tinha suas estratégias para conseguir que as famílias enviassem seus filhos à escola: a Fundação oferecia donativos às famílias cujos filhos fossem liberados dos trabalhos familiares para estudar.

Por volta de 1790, a congregação de La Salle havia se expandido por 108 cidades e povoados, atingindo cerca de 35 mil crianças, distribuídas em grupos de 100 e 300 alunos em cada escola. La Salle inovou, na medida em que introduziu o método global, de Comenius - ensinar tudo a todos, e, simultaneamente -, mas incentivou também o ensino individualizado dos jesuítas; com La Salle, cada aluno deveria ter o seu livro, igual para todos. Como os outros educadores da época, este se apegou também a uma postura de moralidade e de conversão.

O Manual escrito por La Salle para orientação dos professores da sua ordem tornou-se logo o texto básico para uso das escolas elementares. No Manual “Conduta das Escolas Cristãs”, La Salle afirmou que haveria em todas as salas de aula lugares determinados para todos os escolares de todas as classes, de maneira que cada um da mesma classe fosse colocado num mesmo lugar e sempre fixo. Os escolares das lições mais adiantadas eram colocados nos bancos mais próximos da parede e em seguida os outros, seguindo a ordem das lições, avançando para o meio da sala. Cada um dos escolares teria seu lugar marcado e nenhum o deixaria nem trocava sem a ordem e o consentimento do inspetor das escolas (ALBUQUERQUE, 2007).

A Conduta das Escolas Cristãs levou anos sendo formulada, e, como todos os outros, é um documento rico em detalhes e regulamentos, incluindo tudo o que deveria ser feito desde o momento que a escola se abria até o momento em que se fecharia; cita os meios para se manter a ordem na sala de aula e define os critérios para inspeção e para a formação dos professores. Para La Salle, o treinamento dos escolares deveria ser feito da mesma maneira que o treinamento dos militares, um sistema preciso de comandos.

La Salle surpreendeu a sua época ao adotar a língua materna como primeira língua de ensino, substituindo o latim que passou a ser matéria para o ensino superior. Outra vantagem do método de La Salle foi conseguir juntar o método global com o individual, produzindo certo equilíbrio entre ambos. A disciplina referia-se não só aos castigos corporais (ajoelhar-se sobre grãos de milho, puxão de orelha, puxão de cabelo, ficar de pé durante horas de braços cruzados, reguadas, etc.), mas também ao reforço da moralização. Tanto os alunos quanto os professores eram alvo de olhares, ou pelo diretor, ou pelo inspetor, numa verdadeira cadeia de vigilância.

Kant e a educação

Uma das grandes mudanças do século XVIII é um movimento intelectual e político conhecido como Iluminismo, “o século das luzes”, em oposição ao período das “trevas”, da escuridão dos tempos da Idade Média (GADOTTI, 2004).

Immanuel Kant (1724-1804), uma das grandes figuras do Iluminismo, explica que este movimento representava a saída da infância à qual o mundo estava submetido pela escuridão medieval.

Houve maior interesse dos estados pela educação primária e se começou a discutir também a obrigatoriedade da educação escolar que, até aqui, era privada e funcionava pela caridade do povo e pela boa vontade das prefeituras, mas não era obrigatória.

Na Alemanha, o filósofo Immanuel Kant, que foi também professor de Pedagogia, afirmava que a educação era importante para que o homem saísse da

barbárie e da animalidade. Que o objetivo da escola era ‘disciplinar’ os instintos animais e ‘humanizar’ o Homem. Kant entendia que uma criança, educada desde pequenina, poderia corrigir os defeitos e, como uma árvore que nasceu torta, pode ser endireitada. Kant afirmava que levaria ainda muito tempo para que a humanidade fique ‘esclarecida’, que consiga decidir sobre sua religião, sem ser mandado por outra pessoa (GADOTTI, 2004).

Na Prússia, Kant insistia no método catequista de ensino religioso, pois o problema lá era como libertar os camponeses das velhas relações de submissão à nobreza e como introduzi-los nas relações mais modernas, sem provocar as revoluções que tinham ocorrido na Inglaterra e na França.

Para Kant, a escola deveria servir como elemento estabilizador: o sistema catequético de perguntas, com respostas já prontas, seria o ideal. Como disciplina universitária, a Pedagogia se tornou uma catequização disciplinadora. Mas já não se tratava apenas de manter as crianças quietas na escola; era preciso que a escola de tal maneira trabalhasse a ponto de fazer um ‘governo profundo das crianças’, por uma internalização dos saberes que ajudasse a modificar atitudes e condutas. Foi inventado o processamento didático: o professor continuava trabalhando com perguntas, mas elas eram direcionadas, de maneira que não acontecesse a desordem e o caos; não se podia dar um tema e deixar discutir livremente, conforme o entendimento de cada um; todos deveriam entender o ‘certo’ sobre os assuntos tratados, isto é, sobre os conteúdos escolares. Por meio do método do catecismo e do processamento didático, o professor dava uma direção ‘disciplinada’ ao pensamento das crianças (GADOTTI, 2004).

A escola prussiana: Herbart

Johann Friedrich Herbart foi quem teve maior influência na estruturação de uma sala de aula, com o método global e processamento didático. Sua maior influência veio do filósofo Immanuel Kant, a quem substituiu na cadeira de filosofia, em Königsberg.

As palavras-chave de Herbart, segundo ele mesmo, eram: governo, instrução e disciplina. Governo em primeiro lugar, entendido como o alcance da ordem e a condução da classe: manter ocupadas as crianças, vigiar, punir e dar muitas ordens. Em seguida, era instrução: referia-se à atividade espiritual para multiplicar o interesse e a virtude do aluno; por último, a disciplina, para formar o caráter e educar a vontade; em lugar da obediência cega, por medo, Herbart propunha a obediência reflexiva, escolhida pelo aluno (GADOTTI, 2004).

O mais importante de tudo era saber conduzir e governar o aluno e prepará-lo para o futuro. As crianças não deveriam pensar o que lhes vinham à cabeça, mas sobre o que o professor e a pedagogia julgassem adequados; para isso, as

crianças deveriam ser mantidas sempre em atividade, sempre ocupadas, para não se deixarem levar pela imaginação.

Outros educadores buscaram soluções para o problema da educação das massas; quase todos se apegavam ao ensino simultâneo, com ajuda de monitores, repetição das letras na alfabetização, aliança com as famílias, atenção voltada para as crianças pobres para educá-las, retirá-las das ruas e ensiná-las a não mentir, a serem obedientes e limpas, seguindo uma pedagogia mais sutil, menos brutal.

Herbart foi o primeiro que trouxe para sua didática o triângulo pedagógico: professor-aluno-conhecimento. Só que não era um triângulo equilátero. O professor tinha muito mais peso: era o “sol” (de Comenius) e devia dirigir em tudo os seus alunos que tinham vontades e interesses, mas que deveriam ser governados; as operações externas (atividades) deveriam refletir mudanças internas, nas almas das crianças. Herbart conseguiu avançar na concepção de obediência, em relação à Comenius, propondo uma obediência “autorizada” pela filosofia e pela ciência da sua época (GADOTTI, 2004).

Ficou famoso e foi aceito como o pedagogo oficial da Alemanha, no século XIX, por ter conseguido concretizar formas de processamento didático para todos os objetos de conhecimento a serem ensinados para todos os sujeitos educáveis. Estas formas, no entanto, tiravam a espontaneidade não só dos alunos, mas também dos professores, que deveriam seguir passo a passo as etapas do método imposto.

O professor, sendo exemplo de bondade e de honestidade, devia proporcionar atividades interessantes e divertidas, motivar os alunos e conseguir que, uma vez educados, eles fossem felizes, dóceis e úteis à sociedade. Algumas inovações foram feitas (ALBUQUERQUE, 2007):

1. A sala e o pátio se tornaram formas ampliadas do governo da infância. Foi criado o pátio de recreação, onde a criança podia ser observada se punha em prática o que tinha aprendido; recomendava-se que os pátios tivessem árvores frutíferas e flores, em que não comer as frutas e apanhar as flores significava respeito à propriedade privada e era sinal de honestidade. O professor devia ser como a presença de Deus, uma autoridade ‘invisível’;
2. Foram introduzidas arquibancadas na sala de aula, como parte do mobiliário escolar, onde o professor tinha uma visão de todos os alunos e podia dar as lições a setenta ou oitenta alunos ao mesmo tempo;
3. Houve mudanças no modo de interrogar os alunos; em vez de fazer as perguntas (sempre as mesmas, como no catecismo) e esperar as respostas (sempre fechadas), foi proposto um modo mais aberto, de completar as perguntas: San Martin era [...] resposta da classe: um patriota!;
4. Achou-se uma forma de participação grupal: aquele que achava que sabia a resposta deveria levantar a mão ou dar um sinal. Surgia assim o costume de se levantar a mão para participar na aula. Essas técnicas permitiam ao mesmo tempo a participação individual e grupal.

O tipo de sala de aula proposto por Herbart era tudo o que uma sociedade, na segunda metade do século XIX, necessitava para governar as massas, numa época em que começavam a surgir os sindicatos e os movimentos operários que lutavam por mudanças na ordem social e na economia capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Idade Moderna, percebemos que o desenvolvimento das instituições educativas abriu portas para novas reflexões sobre como as escolas deveriam funcionar e a qual público elas se dirigiriam. A organização dos currículos, a divisão das fases do ensino e as matérias a serem estudadas começaram a ser discutidas. Paralelamente, a diferenciação entre o ensino masculino e feminino também surgiu nesse tempo. Até então, na grande maioria dos casos, o ambiente escolar ficava restrito às figuras masculinas da sociedade europeia.

Foi no período da Modernização (juntamente com a Revolução Francesa e a revolução industrial) que podemos dizer que se definiu claramente um cenário, tão comum nos dias de hoje: a imagem do professor diante do quadro negro, os alunos olhando pra frente, sempre prontos (ou deveriam estar) a responder suas perguntas.

Este texto, ao discorrer sobre o surgimento da educação escolar, sem a pretensão de esgotar o assunto, nos convida a refletir a respeito da organização do trabalho didático, introduzido para responder às necessidades de determinadas épocas e governos, mas que se cristalizaram e se reproduzem até os dias atuais.

Pensar num novo modelo de educação escolar para o século XXI é um grande desafio para qualquer instituição de ensino, pois significa romper com a ordem preconizada desde Comenius e aplicada nos calendários, nos horários rígidos, nas séries, nos conteúdos cuidadosamente graduados nos livros didáticos e distribuídos pelas disciplinas.

Será preciso enfrentar o discurso da competição, que é representada pelo velho hábito da nota, das provas, do ser aprovado ou reprovado, o discurso da hierarquia, da obediência, dos regulamentos onde atitudes e comportamentos são esperados, ou seja, romper com rituais que perduram desde a escola moderna.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. G. **Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência.** Tese de doutorado. IEL/Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CAMBI, F. **História da pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

COMENIUS, J. A. [1632]. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUSSEL, I. e CARUSO, M. **A invenção da sala de aula**: uma genealogia das formas de ensinar. Trad. Cristina Antunes. Coleção Educação em Pauta. São Paulo: Moderna, 2003.

HILSDORF, M. L. S. **O aparecimento da escola moderna**: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Moderna, 2004.